

**A INFRAESTRUTURA
ESCOLAR PÚBLICA E AS
INTERFERÊNCIAS NA
PRÁTICA DOCENTE: um
relato dos estágios
supervisionados em Geografia**

**THE PUBLIC SCHOOL
INFRASTRUCTURE AND THE
INTERFERENCES IN
TEACHING PRACTICE: a
report on supervised
internships in Geography**

*Fernanda Puglia Vieira Dias**
*Lígia Cardoso Carlos (Dr.)***
*Rosângela Lurdes Spironello (Dr.)****
*Giane Silva da Silva*****



Imperatriz (MA), v. 5, n. 8, p. 27-37, jan./jun. 2023
ISSN 2675-0805

Recebido em: 01 de janeiro de 2023.

Aprovado em: 02 de junho de 2023.

RESUMO

A presente proposta tem como objetivo trazer um relato reflexivo sobre a experiência obtida com a realização dos estágios supervisionados, vinculados com as condições materiais e pedagógicas das escolas. Os estágios supervisionados - Ensino Fundamental II e Ensino Médio - do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) foram realizados no primeiro semestre do ano de 2022, em duas escolas públicas localizadas na cidade de Pelotas – RS, uma da rede municipal, com uma turma de oitavo ano, e outra da rede estadual, com uma turma de primeiro ano do Ensino Médio. A realidade encontrada durante o período de realização dos estágios supervisionados demonstrou que a questão referente à infraestrutura escolar tem sido um problema de longa data e que as precariedades existentes interferem nas condições de ensino e aprendizagem. Diante disso, houve a necessidade de reorganização e planejamento das atividades para atender à realidade das turmas. Pudemos constatar, nas duas escolas, a carência de materiais básicos como mapas e atlas escolares e de equipamentos de multimídia, além disso as salas possuem condições pouco adequadas para a realização das aulas. Embora saibamos da complexidade da pauta, reforçamos que essa questão requer o olhar atento para políticas públicas eficazes, factíveis e democráticas. Ademais, compreendemos que

* Licenciatura em Geografia (UFPel). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8135-1387> ; E-mail: dfernanda308@gmail.com.

** Doutora em Educação. Professora da Faculdade de Educação (UFPel). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6106-4150>; E-mail: li.gi.c@hotmail.com.

*** Doutora em Geografia. Professora do Departamento de Geografia (UFPel). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9272-2040>; E-mail: spironello@gmail.com.

**** Graduada. Licenciatura em Geografia (UFPel). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1764-4227>; E-mail: gianecelente@gmail.com.

estudar em escolas ou em ambientes com infraestrutura adequada e que propiciem qualidade de vida é um direito de todos.

Palavras-chave: Estágio supervisionado. Infraestrutura escolar. Prática pedagógica. Políticas públicas.

ABSTRACT

The present proposal aims to bring a reflective report on the experience obtained on supervised internships linked to the material and pedagogical conditions of the schools. The supervised internships - Elementary School II and High School - of the geography graduation course of the Universidade Federal de Pelotas (UFPel) were held in the first semester of 2022 in two public schools located in the city of Pelotas – RS in an eighth-grade class of a municipal school and a first-year High School class in a state school. The reality found during the supervised internship period showed that the issue related to school infrastructure is a long-standing problem and that the existing precariousness interferes with teaching and learning conditions. Therefore, it was necessary to reorganize and plan the activities to meet the reality of the classes. In both schools, there is a lack of basic materials such as maps, school atlases, and multimedia equipment. Besides this, the classrooms are inadequate for the classes. Although we are aware of the complexity of this issue, we emphasize that it requires a careful look at effective, feasible, and democratic public policies. Furthermore, we understand that studying in schools or environments with adequate infrastructure which provide quality of life is a right for all.

Keywords: Supervised internships. School infrastructure. Pedagogical practice. Public policies.

1 Introdução

O processo educativo formal envolve uma gama considerável de fatores que perpassam as políticas públicas educacionais, a formação dos docentes, a gestão dos estabelecimentos de ensino, a infraestrutura das escolas, as vivências culturais e socioespaciais da comunidade, dentre outros. Ao reconhecer esses condicionantes, nos debruçamos sobre a infraestrutura escolar através da experiência de estágio supervisionado, pois identificamos sua interferência nas condições do trabalho docente, bem como o impacto que gera nos estudantes e nos encaminhamentos pedagógicos.

Nesse contexto, o artigo se propõe a realizar um relato reflexivo dos estágios supervisionados - Ensino Fundamental II e Ensino Médio - do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Foram realizados no primeiro semestre do ano de 2022, em duas escolas públicas localizadas na cidade de Pelotas – RS, uma da rede municipal, na qual o estágio foi realizado com uma turma de oitavo ano do Ensino Fundamental II, e outra da rede estadual de ensino, na qual foi realizado o estágio com um primeiro ano do Ensino

Médio. Ambos os estágios se deram no retorno presencial, após o ensino emergencial remoto, instalado por consequência da pandemia de Covid-19.

As experiências de estágio indicaram que precariedades na infraestrutura para atender as demandas do trabalho docente interferiram nas condições de ensino e aprendizagem. Consideramos importante trazer à tona esse tema para que se possa, com base nas particularidades de cada instituição de ensino, propor a reivindicação de ações de melhoria dos espaços escolares. Compreendemos que essas ações não dependem somente da iniciativa de quem está cotidianamente nos espaços da escola, pois a interlocução da gestão escolar com as secretarias e órgãos governamentais e com a comunidade são fundamentais para que elas aconteçam. Ademais, trabalhar e estudar em ambientes com infraestrutura adequada e de qualidade é um direito de todos.

Nessa perspectiva, o texto tem continuidade em duas seções. Na primeira seção, apresentamos uma discussão teórica sobre a infraestrutura escolar na educação pública e, posteriormente, um relato reflexivo de aspectos dos estágios supervisionados, vinculados com as condições materiais e pedagógicas das escolas.

2 Discutindo a infraestrutura escolar básica no contexto da educação pública

Para iniciar, buscamos conceituar o que se entende por infraestrutura escolar. Conforme Garcia (2014), podemos vê-la “[...] como um sistema de elementos estruturais, inter-relacionados, que inclui as instalações, os equipamentos e os serviços necessários para garantir o funcionamento da escola e impulsionar a aprendizagem do aluno” (GARCIA, 2014, p. 155). Nesse sentido, tem um papel fundamental nos desempenhos escolares, tanto dos alunos quanto dos docentes que se utilizam daquela estrutura. Em texto mais recente (GARCIA, 2016), ao considerar o contexto socioespacial, afirma que no Brasil ocorre uma disparidade de investimentos em escolas públicas com variáveis desde a localização geográfica até o público que ela atende. Essa condição fez com que escolas em contextos distintos do urbano, como assentamentos, comunidades quilombolas e indígenas, por intermédio de movimentos sociais, promovessem lutas por visibilidade e investimento para melhorias do espaço físico.

Esses enfrentamentos significam, conforme Molina (2008, p. 24), “lutar para ampliar a esfera do Estado, para não colocar a educação na esfera do mercado”. Com o fortalecimento de políticas neoliberais e a aproximação de lógicas privadas na educação, ocorre um processo de desmonte do sistema público, gratuito e de qualidade, com gestões públicas ineficientes e tentativas de padronização educacional, sem um olhar para as necessidades e fragilidades de contextos específicos. Podemos aqui citar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que foi elaborada, em grande parte, sem considerar as desigualdades escolares de cada lugar, levando a um apagamento de problemas de infraestrutura escolar.

Corroborando a afirmação sobre os problemas de um currículo de base comum para todo o Brasil, os autores Garcia, Prearo e Romeiro (2016, p.88) dizem

que ela “poderá também impingir uma cultura padrão, compreendida como mais civilizada ou elevada sobre as outras culturas”. Então, ao criar um documento norteador educacional sem levar em conta diferentes contextos e sem prever um investimento humano e material diferenciado, isso pode agravar problemas escolares de infraestrutura, não podendo garantir um padrão de qualidade a todas as instituições públicas, interferindo diretamente no adequado cumprimento do trabalho docente.

Ainda nos anos 1980, no Brasil, temos o tema sendo tratado por Castro e Fletcher (1986) em trabalho que correlacionava a infraestrutura escolar com a aprendizagem dos discentes. Situação que se agrava nas escolas públicas, já que em torno de 90% das matrículas são nesse ambiente.

Sobre esse aspecto, concordamos que a infraestrutura escolar, para além de permitir que as atividades educativas de fato ocorram, é um dos fatores que colabora para uma convivência saudável entre alunos, professores e a comunidade escolar como um todo. Um espaço escolar planejado e preparado para receber os alunos, oportuniza segurança e bem-estar, sendo determinante para a aprendizagem.

Na mesma direção, Sá e Werle (2017) afirmam que boas condições materiais e instalações escolares adequadas, aumentam as possibilidades de bom desempenho escolar dos estudantes. Também denunciam que, apesar de o tema ser de muita relevância para a educação pública brasileira, de serem frequentes as críticas sobre a ineficiência governamental nas salas de aula dos cursos de licenciatura, não se tem muitas pesquisas voltadas ao assunto e é pequena a expressão e registro da temática em artigos científicos.

Nesse sentido, concordamos com os autores, Andrade, Campos e Costa (2021, p. 163), quando reforçam que

[...] é factível que o espaço escolar ou infraestrutura seja pensado e estruturado como um local adaptável, com ambientes que propiciem e favoreçam a troca de conhecimento e saberes de cunho social e cultural, assim como de experiências cognitivas e afetivas entre os seus participantes.

Portanto, esse caráter adaptável, flexível e que favorece as trocas e aprendizagens deve compreender as circunstâncias de vida e trabalho presentes nas comunidades escolares em seus diferentes contextos e necessidades.

Ao se abordar esse aspecto, retomamos um tema que é recorrente: a questão da acessibilidade dos sujeitos no espaço escolar (alunos, professores, gestores e comunidade). Os autores citados anteriormente reforçam que:

Em relação à acessibilidade, as unidades escolares precisam pensar a acessibilidade física como um elemento essencial para a promoção da inclusão educacional, tendo em vista a sua responsabilidade em garantir o acesso de todos os alunos, nos mais diversos ambientes da escola, com facilidade, autonomia e segurança (ANDRADE; CAMPO; COSTA, 2021, p. 163).

Logo, podemos citar o exemplo dos alunos com necessidades específicas. Se a instituição não possui instalações que atendam a essa demanda, ocorre uma fragilidade no que é possível ao professor desenvolver, e a inclusão educacional não é, portanto, efetivada, as condições de trabalho docente são precarizadas e o aluno não é atendido conforme demanda a lei. Nesse processo, o professor é impedido de exercer com qualidade seu trabalho, pela falta de infraestrutura escolar, seja ela arquitetônica, seja de recursos didáticos adequados.

Toda essa ineficácia estrutural, no que se refere ao trabalho docente, foi intensificada durante a pandemia de Covid-19, com a sobrecarga de trabalho e a escassa assistência financeira para custear e promover o ensino emergencial remoto. Nesse cenário, destacamos a ausência de materiais didáticos e de um ambiente virtual adequado, bem como a falta de treinamento sobre como utilizar as ferramentas digitais, impactando diretamente a qualidade do ensino oferecido nesse período. As precárias condições de trabalho geraram um desgaste educacional considerável. Para os professores, a ausência de suporte não é novidade, mas se tornou mais complexa e difícil de lidar, já que as “condições de trabalho compõem os requisitos que formam o conceito de valorização docente e elas compreendem aspectos que são cruciais para a realização profissional” (OLIVEIRA, 2020, p. 34).

Entendemos que esses e outros fatores - interligados às distintas realidades escolares - acabam refletindo e fazendo parte do contexto de trabalho, inclusive dos estagiários dos cursos de licenciaturas, em diferentes contextos socioespaciais, na atualidade.

A partir dessa discussão e compreendendo a importância do tema em questão, traremos, na sequência, um relato reflexivo de aspectos dos estágios supervisionados, tecendo um diálogo sobre as condições materiais e pedagógicas das escolas.

3 Os estágios supervisionados e seus contextos

Como já indicado na Introdução, os estágios supervisionados em Geografia ocorreram em duas escolas distintas da rede pública de ensino de Pelotas/RS, urbanas e periféricas, durante o primeiro semestre de 2022. O estágio supervisionado de ensino fundamental se deu em uma escola da rede municipal, com carga horária de dois períodos semanais, em uma turma de oitavo ano. Contou com 14 alunos frequentes, com idades entre 13 e 14 anos. Foram trabalhados os seguintes conteúdos curriculares previstos para o período: Estado, nação, território e país; Território e territorialidade; Regionalização e divisão internacional do trabalho.

Conforme o Projeto Político Pedagógico, a escola tinha aproximadamente 450 alunos matriculados e contava com 10 salas de aulas, sala da equipe diretiva, sala de professores, laboratório de informática (sem condições de uso), laboratório de ciências, sala de recursos multifuncionais para atendimento educacional especializado (AEE), quadra de esportes, cozinha, biblioteca, parque infantil, banheiros adaptados à educação infantil e aos alunos com deficiência ou

mobilidade reduzida, sala de secretaria, refeitório, despensa, almoxarifado, pátio com área verde. Ainda, contava com equipamentos como TV, DVD, copiadora, impressora, aparelho de som e projetor multimídia (sem condições de uso).

Já o estágio supervisionado do ensino médio ocorreu em escola da rede estadual, também com carga horária de dois períodos semanais, em uma turma de primeiro ano. A turma contava com 23 alunos frequentes. Foram trabalhados os conteúdos: Movimentos da Terra e Fusos horários. A escola atende ao nível médio e fundamental, conta com 93 docentes e funcionários, e a estrutura física da escola é organizada por pavilhões, sendo um total de 6. Possui 20 salas de aula, uma biblioteca (com uso restrito por falta de livros atualizados), dois laboratórios (interditados por falta de manutenção) e a área administrativa.

A falta de verba se fazia presente e visível em ambas, com parte de sua infraestrutura defasada e sem subsídios para a manutenção. Conforme já relatado na primeira seção do texto, a infraestrutura impacta diretamente as condições de trabalho e a qualidade de ensino. Durante a experiência dos estágios, um dos maiores desafios foi ministrar aulas qualificadas e promotoras de aprendizagens com recursos pedagógicos e estrutura física precarizadas.

No que se refere ao ensino fundamental II, as atividades realizadas com a turma de oitavo ano ocorreram segundo um projeto de ensino, de acordo com as observações realizadas previamente na escola e seguindo as orientações da BNCC. Mas, no contato com o cotidiano escolar, foi possível perceber que não seria possível utilizar recursos didáticos para dar conta das demandas pedagógicas por sua ausência na escola. Um exemplo é a falta de um mapa-múndi, tão fundamental nas aulas de Geografia. Para remediar a situação, fizemos uso dos mapas presentes nos livros didáticos, para que os alunos tivessem algum contato com esse recurso, utilizando as imagens para análise e compreensão do conteúdo.

No que se refere à estrutura física da escola e ao conforto ambiental, podemos perceber algumas fragilidades. A escola atende aos níveis fundamental e educação infantil simultaneamente no período da manhã, essa configuração resulta em um intervalo/recreio da educação infantil e anos iniciais quando o ensino fundamental II ainda está em aula, ou seja, intervalos separados. Isso produz um certo transtorno para os alunos que permanecem nas salas de aula, pois produz um ambiente muito barulhento e de difícil comunicação. Essa configuração e distribuição de horários também leva a uma dispersão dos alunos pela movimentação no entorno da sala. Ainda, a arquitetura do prédio possui uma disposição de salas em que há muita proximidade entre elas, interferindo na acústica e possibilitando escutar o que se passava nas salas ao lado.

Além disso, deparamo-nos com salas de aula pequenas em relação ao número de alunos frequentadores e com problemas de manutenção. O estágio foi realizado durante o inverno, com temperaturas bastante baixas. Nesse contexto, as janelas da sala de aula tinham vidros quebrados, o que favorecia a entrada do vento frio. Para além dessa situação, a porta de acesso à sala de aula necessitava de auxílio de uma cadeira para se manter fechada.

Nesse período, tivemos contato direto com o impacto que a falta de infraestrutura, no que se refere a materiais didáticos, pode causar na prática

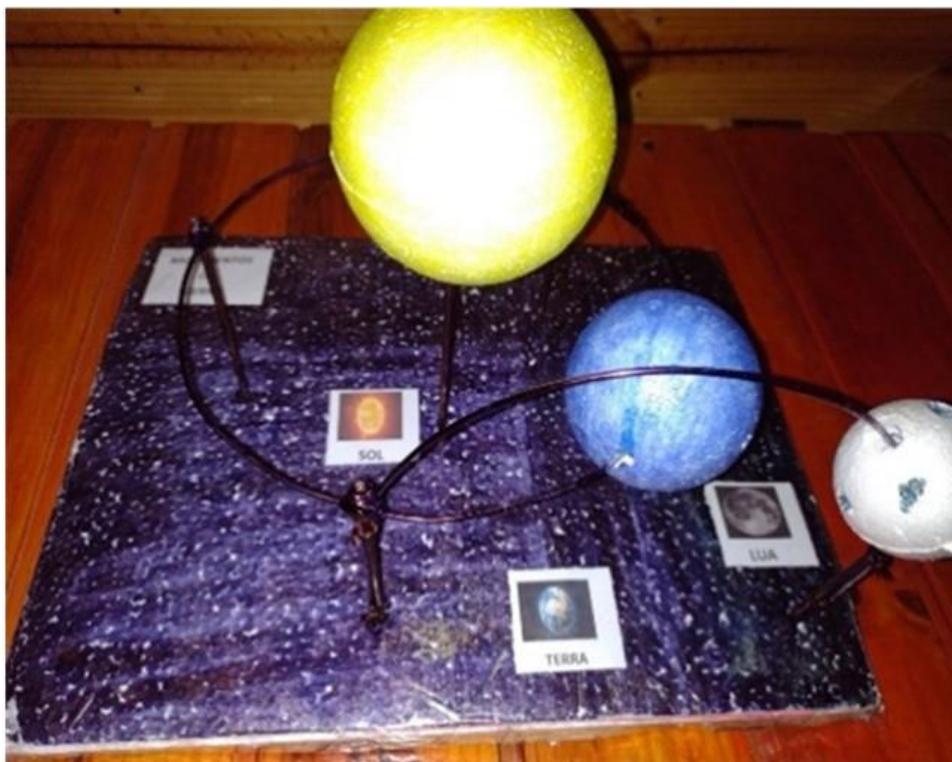
docente, refletindo de forma negativa no processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Diante disso, tivemos o desafio de repensar a proposta pedagógica e o uso dos livros didáticos, recurso que tem suas ressalvas dentro da docência, considerando a qualidade de alguns deles e o seu uso como substituto do planejamento realizado autonomamente pelos docentes.

O estágio supervisionado do ensino médio também foi realizado conforme orientações da BNCC, tendo seus objetos de conhecimento vinculados à Cartografia e à Geografia Física, demandando recursos visuais para uma melhor apreensão. No primeiro plano de aula foi definida a intenção de utilizar slides, vídeos e computador para facilitar as aprendizagens dos conteúdos pelos alunos.

Na primeira tentativa de utilizar a sala de multimídias, a coordenação informou que, por falta de manutenção, ela se encontrava inapta para uso. Mais uma vez nos deparamos com uma escola precária em termos de recursos pedagógicos. Pudemos então contar somente com quadro branco e caneta, pois nem livros didáticos suficientes a escola possuía, devido a um erro na contagem de alunos na sua solicitação. Além disso, as atividades impressas se limitavam ao uso para as avaliações. Diante desse contexto, com aulas que necessitavam de imagens e nenhum recurso adequado para esse fim, foram elaborados - com recursos próprios e buscando um baixo custo de produção - maquetes e cartazes, como forma de minimizar as carências existentes.

Para trabalhar o conteúdo sobre “Movimentos da Terra”, produzimos duas maquetes: uma demonstrando parte do Sistema Solar e outra sobre o movimento de rotação da Terra, conforme mostram a Figura 1 e a Figura 2, a seguir.

Figura 1 – Maquete do Sistema Solar



Fonte: Acervo dos autores (2022).

Figura 2 – Movimento de Rotação



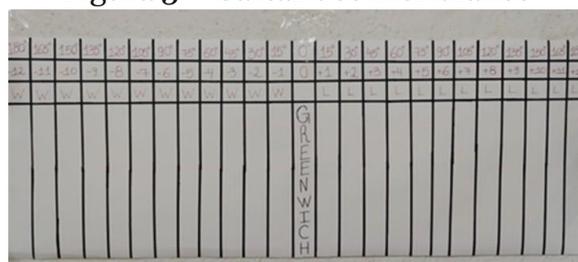
Fonte: Acervo dos autores (2022).

O recurso didático (Figura 1) nos auxiliou de forma concreta na explicação sobre a dinâmica do Sistema Solar. Com base nessa demonstração, foi possível mediar o conhecimento, podendo explicar aos alunos que: são os planetas que gravitam em torno do Sol; a Terra, sendo o terceiro planeta nesse sistema, leva 365 dias para dar uma volta completa em torno do Sol; a Lua é um satélite natural da Terra, dentre outras questões. Ao utilizar esse recurso didático, ficou nítido que os alunos passaram a demonstrar maior interesse pelo conteúdo, aguçando a curiosidade e levantando outras questões referentes à temática abordada.

Arelado ao conteúdo, utilizou-se o recurso didático que aborda o movimento de rotação (Figura 2). Este facilitou a explicação e o entendimento sobre as diferenças de velocidade de rotação do planeta. Foi possível explicar de forma clara que, próximo à linha do Equador, a velocidade é maior e diminui à medida que se aproxima dos polos. Essa atividade nos auxilia no processo de libertar-se do equívoco de que o Sol nasce pela manhã e morre à tarde (PASSINI, 2012).

Para a aula sobre fusos horários, elaboramos dois cartazes (Figura 3 e Figura 4). Um com os meridianos para cálculos e o outro sobre os fusos horários do Brasil.

Figura 3 – Cartaz dos meridianos



Fonte: Acervo dos autores (2022)

Figura 4 – Cartaz dos fusos horários do Brasil



Fonte: Acervo dos autores (2022).

Entendemos com base em Fonseca (2016, p. 45), que: “As atividades sobre fusos horários são facilmente resolvidas com o uso de mapas de fusos horários, ou mesmo simples esboço que todo aluno pode fazer”. Recursos como esses, das Figuras 3 e 4, possibilitam aos alunos desenvolverem algumas habilidades, mobilizando o pensamento espacial e o raciocínio geográfico.

Com base em Sacramento (2017), entendemos que os materiais didáticos têm como função principal ser um meio pelo qual o professor desenvolve o processo de ensinar o conceito e o conteúdo, possibilitando múltiplas abordagens. Contudo, ressaltamos a importância de o professor ter o domínio do uso dos materiais para que o processo de ensino e aprendizagem se torne mais significativo.

A partir do que poderia ser um empecilho, ou seja, a falta de infraestrutura, tivemos a possibilidade, durante o período de estágio supervisionado, de pensar e desenvolver recursos didáticos para tornar o ensino e a aprendizagem mais dinâmicos e atrativos para os estudantes. Entretanto, não podemos enfrentar essa situação de maneira natural, romantizando a falta de uma condição educacional básica para o exercício da profissão docente. Isso nos faria cair em uma possível normalização da falta e da inadequada qualidade educacional, eximindo o Estado de suas responsabilidades.

A realidade encontrada durante o período de realização dos estágios supervisionados demonstrou que a questão referente à infraestrutura escolar tem sido um problema de longa data, a qual precisa de esforços conjuntos para a sua superação ou minimização.

Embora saibamos da complexidade da pauta, reforçamos que essa questão requer o olhar atento para políticas públicas eficazes, factíveis e democráticas, pois, conforme destacamos no início desta proposta, estudar em escolas ou em ambientes com infraestrutura adequada e que propiciem qualidade de vida é um direito de todos.

4 Considerações finais

As experiências de realização dos estágios supervisionados, durante o primeiro semestre de 2022, nos mostraram que, de fato, há precariedades consideráveis na infraestrutura escolar pública que deveria atender demandas do trabalho docente. Precariedades que interferem nas condições de ensino e de aprendizagem.

Ambas as escolas estavam regressando de um período de ensino emergencial remoto. Apesar de serem administradas uma pelo município e a outra pelo Estado, ambas se encontravam em situação similar de conservação e sem recursos para manutenção. Nesse contexto, algumas decisões pedagógicas tiveram de ser tomadas de modo imediato, afetando o planejamento organizado previamente e expresso no projeto de ensino. Importante ressaltar que o próprio planejamento também foi organizado de modo precário, pois a situação de ensino remoto que antecedeu a realização do estágio não oportunizou a realização de um adequado diagnóstico das realidades escolares.

Ao longo da educação básica, alunos e professores enfrentam esses problemas de infraestrutura básica fragilizada, que, como o próprio nome diz, se trata do mínimo para uma dinâmica de funcionamento adequada do e no ambiente escolar. A ausência de recursos faz com que os sujeitos (professores, alunos e funcionários) que convivem cotidianamente nesses espaços operem estratégias de adaptação paliativas, como a aquisição de materiais de apoio pelo próprio docente para sanar e reparar lacunas e a improvisação de situações emergenciais, como a colocação de uma cadeira para trancar a porta e proteger os estudantes do vento do inverno. Circunstâncias que geram uma sensação de impotência e explicitam o descaso e a ausência de visibilidade das necessidades para uma atuação profissional adequada.

Considerando o período de realização dos estágios supervisionados, fez-se presente a necessidade de se reinventar e de reorganizar os planos de aula de acordo com uma realidade de escassez de recursos. Situação que, mesmo oportunizando aprendizagens sobre a docência, também trouxe desalento diante da escolha profissional e uma identificação da vulnerabilidade do trabalho docente que desestimula os sujeitos habilitados para ingressarem na carreira.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. R.; CAMPOS, L. H. R.; COSTA, H. V. V. Infraestrutura escolar: uma análise de sua importância para o desempenho de estudantes de escolas públicas. **Ci & Tróp.** Recife, v. 45, n. 1, p. 159-190, 2021. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/1973/1631> . Acesso em: 10 de jan. 2023.

CASTRO, C. M.; FLETCHER, P. **A escola que os brasileiros frequentaram em 1985**. Rio de Janeiro: Ipea: Iplan, 1986.

FONSECA, E. P. **Cartografia Escolar**: a cartografia da sala de aula. São Paulo: Boreal Edições, 2016.

GARCIA, P. S. Um estudo de caso analisando a infraestrutura das escolas de ensino fundamental. **Cadernos de Pesquisa**: Pensamento Educacional, Curitiba, v. 9, p. 153-175, 2014.

GARCIA, P. S.; PREARO, L. C.; ROMEIRO, M. C. Educação Básica: Base Nacional Comum e infraestrutura escolar. **Dialogia**, São Paulo, n. 24, p. 83-98, jul./dez. 2016.

GARCIA, P. S. Infraestrutura Escolar: interface entre a biblioteca e as possibilidades de aprendizagem dos alunos. **Roteiro**, v. 41, n. 3, p. 587-608, 2016.

MOLINA, M. C. A Constitucionalidade e a Justiciabilidade do Direito à Educação dos Povos do Campo. *In*: SANTOS, Clarice Aparecida. (Org.). **Por uma educação do campo**: Campo – Políticas Públicas. Brasília: Incra/MDA, 2008. p. 19-32.

OLIVEIRA, D. A. Condições de trabalho docente e a defesa da escola pública: fragilidades evidenciadas pela pandemia. **Revista USP**, São Paulo, n. 127, p. 27-48, 2020.

PASSINI, E. Y. Alfabetização cartográfica e a aprendizagem e geografia. São Paulo: Cortez, 2012.

SACRAMENTO, A. C. R. A produção de jogos na formação docente: material didático e ensino de geografia. *In*: PORTUGAL, J. F. **Educação geográfica**: temas contemporâneos. Salvador: EDUFBA, 2017.

SÁ, J. S.; WERLE, F. O. C. Infraestrutura escolar e espaço físico em educação: o estado da arte. **Cadernos de Pesquisa**. v. 47. n. 164. p. 386-413, abr./jun. 2017.